



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO
SALGADO BACHARELADO EM PSICOLOGIA

GEOVANNA CARLOS DE SOUZA

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: consequências para o desenvolvimento infantil.

Icó – Ceará
2024

GEOVANNA CARLOS DE SOUZA

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: consequências para o desenvolvimento infantil.

Projeto de Pesquisa submetido à disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a aprovação e nota.

Orientador(a): Esp. Davi Sampaio Cardoso

GEOVANNA CARLOS DE SOUZA

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: Consequências para o desenvolvimento infantil.

Projeto de Pesquisa aprovado em ____/____/_____, como requisito para a aprovação na disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado.

Banca Examinadora:

Prof. Esp. Davi Sampaio Cardoso

Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS

Professor Orientador

Prof. Ms. Meury Gardênia Lima de Araújo

Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS

1ª Avaliadora

Prof. Ms. Samara Rocha Magalhães Diógenes

Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS

2ª Avaliadora

Icó-Ceará
2024

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre estar comigo, e me guiando para enfrentar os desafios que surgiram durante o processo.

Ao meu orientador Davi Sampaio Cardoso, por sempre ter paciência e a disponibilidade de ofertar seu tempo para me orientar sempre que eu precisei, me apoiando, e não permitindo desistir do processo, e fazendo ver esse processo de forma mais leve e tranquila.

Aos meus Pais por sempre me aconselhar a continuar e não deixar desistir, acreditando no meu potencial, e me aconselhando a não pensar em desistir em nenhum momento, e é por eles que estou terminando essa etapa.

Ao meu namorado por estar sempre comigo durante essa etapa na minha vida.

A minha prima Vanessa Mikelly por sempre me ajudar, e me apoiar nas horas que precisei.

Aos meus irmãos por sempre acreditarem em mim.

Aos meus amigos por momentos de ausência, por estar focada na construção do trabalho, mas que sempre me apoiaram.

E por fim a todos que contribuíram de forma significativa nessa etapa da minha vida.

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: Consequências para o desenvolvimento infantil.
INTRAFAMILY VIOLENCE: Consequences for child development.

Geovanna Carlos De Souza¹
Davi Sampaio Cardoso²

RESUMO

O trabalho pretende discutir os efeitos e consequências da violência intrafamiliar na infância e suas repercussões no desenvolvimento psicossocial. Destaca-se que o desenvolvimento de crianças expostas a violências durante a infância, pelos pais ou alguém da família, têm apresentado prejuízos segundo a literatura. A família tem o papel fundamental durante a infância, fase marcada pelas rápidas transformações, bem como o desenvolvimento da sua personalidade, desempenhando uma função central no desenvolvimento infantil. Tipos de violências como discussões dos pais que a criança presencia, violência físicas e sexuais podem ser apontadas como os tipos de violência intrafamiliar mais comum. Utilizou-se da Terapia Cognitivo Comportamental como aporte teórico. O estudo evidencia que ainda são comuns situações de violência intrafamiliar no cotidiano brasileiro, ressaltando a necessidade de mais intervenções a nível de políticas públicas e novas estratégias que possam abarcaressas famílias e vítimas.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar. Família. Infância. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The work aims to discuss the effects and consequences of intra-family violence in childhood and its repercussions on psychosocial development. It is noteworthy that the development of children exposed to violence during childhood, by their parents or someone in the family, has presented losses according to the literature. The family plays a fundamental role during childhood, a phase marked by rapid transformations, as well as the development of personality, playing a central role in child development. Types of violence such as parental arguments that the child witnesses, physical and sexual violence can be identified as the most common types of intra-family violence. Cognitive Behavioral Therapy was used as a theoretical support. The study shows that situations of intra-family violence are still common in Brazilian daily life, highlighting the need for more interventions at the level of public policies and new strategies that can cover these families and victims.

Keywords: Domestic violence. Family. Childhood. Development.

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS. 99223381a@gmail.com.

² Especialista em Políticas Públicas e Atenção Psicossocial pela Universidade Estácio de Sá - davissampaio@univs.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A infância é uma fase marcada pelas rápidas transformações subsequentes, trata-se de um período em que a criança está se descobrindo, ou seja está criando vínculos e se relacionando com a realidade de formas diferentes, mas quando essa criança convive em um ambiente com conflitos e brigas, isso pode prejudicar essa fase singular e essencial para o desenvolvimento emocional e cognitivo. Sendo assim, é de grande importância um ambiente saudável, pois esses fatores podem ocasionar consequências como ansiedade, depressão, comportamento agressivo, problemas escolares, dentre outras diversas complicações (Tancredi *et al*, 2022).

No Brasil, tem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como regulamentação principal que visa aplicar medidas de proteção para crianças e adolescentes. Criado no dia 13 de julho de 1990, ele afirma que é dever do estado e dos pais trazer proteção e defender essas crianças de maus tratos, apesar de, às vezes, os próprios pais serem responsáveis por esses tipos de negligências. Apesar de 35 anos de existência do ECA, ainda acontecem muitos casos de negligências, abusos e violências com as crianças (Brasil, 1990).

A família, segundo o ECA, tem como dever proteger seus filhos, devendo resguardá-los de toda e qualquer violência, seja de ordem psicológica, física ou sexual. Pois, reconhece-se que, durante a infância, a criança tem como referência seus pais, que desempenham um papel essencial para o desenvolvimento moral, instruindo acerca do que é certo ou errado, adquirindo seus valores morais, suas crenças e seus princípios (ECA, 1990). Desempenham, também, papel crucial no desenvolvimento de sua personalidade, ou seja, quando o sujeito cresce submetidos a ambientes violentos, na sua fase adulta pode ter grandes agravos perante sua socialização e desenvolvimento (Chora *et al*, 2019).

A família é uma configuração na qual a criança já nasce inserida, ela não pode escolher com quem vai viver ou em qual família vai nascer, ou seja, essa criança não vai escolher se nascerá em uma família acolhedora ou em uma família com conflitos, brigas e abusos. Nesse sentido, a sujeição da criança a um ambiente violento não será de sua escolha. Violência é um termo utilizado quando uma pessoa usa ameaças físicas ou psicológicas contra outras pessoas ou comunidades, tendo assim a capacidade de resultar em danos maiores, podendo ser lesão, morte ou danos psicológicos, causando nessa pessoa uma privação em seu desenvolvimento, e prejudicando o seu bem-estar. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1981), existem quatro tipos de violências contra

crianças, sendo elas os abusos físico, emocional, sexual ou a negligência. É notório que cada vez mais os números de violências com crianças vem aumentando. Diante de tantas demandas são necessárias ações que possam amenizar e prevenir esses agravos, como profissionais da saúde mental e conselhos tutelares (Falcker *et al.*, 2012).

Diante disso o papel da psicologia perante essa situação é buscar amenizar os efeitos negativos que os familiares causam nessa criança, deste modo o psicólogo pode intervir em ações com os familiares e as crianças, buscando formar vínculos com os mesmos, fazer psicoeducação com os pais e também ouvir essas consequências que a criança vem sofrendo por parte de seus familiares, fazer dinâmicas de grupo com pais e buscar orientar esses pais sobre os processos dessas crianças (Prati; Koller, 2012).

O trabalho almeja discernir sobre os efeitos das violências no seio familiar para o desenvolvimento infanto-juvenil. Dessa forma, busca salientar a importância de um ambiente saudável para o desenvolvimento da criança, de modo a prevenir situações de abuso e negligência por parte dos pais ou responsáveis legais, e contribuir para a redução do desenvolvimento de transtornos psicológicos ou sofrimentos psíquicos advindos de tais situações. Apesar da existência do ECA e suas implicações, ainda acontecem muitos casos de violações com crianças tendo os pais como principais agressores ou abusadores. Segundo o censo do IBGE de 2022, houve cerca de 41 mil vítimas de violência entre 0 e 13 anos. Além disso, verifica-se despreparo por parte das instituições e familiares em lidarem com as consequências dessa violência para as crianças. Portanto, trata-se de um problema bastante presente na sociedade brasileira, necessitando de estudos mais aprofundados para desenvolver novas estratégias de intervenção e prevenção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA COGNITIVOCOMPORTAMENTAL.

A infância se constitui como uma fase na qual todas as pessoas passam, ocorrendo mudanças constantes e rápidas no organismo, na mente e no meio social. Essa fase é o período no qual a criança está desenvolvendo seus padrões de comportamento, pensamentos automáticos, suas emoções e seus sentimentos, portanto, trata-se de uma fase que necessita de um cuidado especial por parte da família, justamente por a criança não saber se

comunicar verbalmente, o tradutor da criança seria o adulto (Santos, 2021).

O desenvolvimento infantil é uma fase em que a criança está em transformações no universo cognitivo, esse desenvolvimento inicia-se da gravidez e continua após o nascimento. Quando a criança vive em ambiente com fatores de risco, esse desenvolvimento pode ser prejudicado, ou seja, todos esses atributos influenciam na sua socialização, qualquer mudança no ambiente em que a criança está inserida pode interferir, sejam abusos, negligências ou maus tratos, afetando áreas como a comunicação, a interação com outras pessoas, e aprendizagem (Santos, 2021).

No desenvolvimento cognitivo, a aprendizagem é essencial, pois é nesse período que acontece a introdução no ambiente escolar, e a criança começa a interagir com os objetos e outras pessoas fora do meio familiar. Entende-se que para ocorrer a aprendizagem, é necessário que a criança tenha contato com o objeto, essa interação entre ambos oferta na criança a aprendizagem por meio de contatos com diferentes estímulos no ambiente. A estimulação é de suma importância para o desenvolvimento, pois a aprendizagem não demanda apenas informações, mas contato com a realidade que o cerca (Santos, 2021).

Para Chora *et al.*, (2019), socialização é a inserção da pessoa em uma determinada sociedade, existem dois tipos de socialização, que são elas: a socialização primária, que é o primeiro contato que a criança tem durante a infância, ou seja, suas primeiras interações com as pessoas ao seu redor naquele ambiente; e a secundária, que é o processo que a insere em novos ambientes e setores da sociedade. Para esse autor, os adultos são os responsáveis pela inserção social da criança, pois é através deles que as crianças que elas vão construir suas primeiras relações com seu meio social. Assim, a socialização desempenha um papel crucial para o desenvolvimento durante a infância. Nesse período, é importante que a criança se comunique com as pessoas que lhe trazem confiança, para que os mesmo consigam interagir de forma a estabelecer uma comunicação clara e assertiva sobre seus sentimentos.

As emoções constituem uma dimensão importante da vida humana, elas são vivenciadas por todas as pessoas, desde sua infância até a vida adulta. Ocorrem automaticamente no percurso do dia a dia. Durante a infância, a criança ainda está descobrindo quais são e para que servem cada uma delas. Emoções como medo, surpresa e alegria demandam tempo para serem reconhecidas e elaboradas. A alegria significa uma sensação agradável para a vida, expressando satisfação e que faz o indivíduo “estar de bem com a vida”. O medo ocorre quando o indivíduo se sente ameaçado por algo que está acontecendo no ambiente, conseqüentemente, o indivíduo tem como estímulo fugir dessa determinada situação que lhe causa medo. Já a emoção da surpresa, ocorre quando o

indivíduo passa por uma situação que não era esperada, essa emoção pode ser considerada positiva ou negativa dependendo do tipo da surpresa que o indivíduo passou, tendo como duração tempo breve, em comparação às outras emoções. Logo, as emoções são indispensáveis para o desenvolvimento saudável, mesmo que sejam prazerosas ou não. Portanto, é essencial o apoio da família para ensinar e mostrar como lidar com elas (Chora *et al.*, 2019).

A tríade cognitiva é um conceito usado por Aaron Beck, sendo composta por três pilares: o primeiro, é a visão de si mesmo, o questionamento socrático sobre ele, a percepção dos aspectos negativos de si, os pensamentos automáticos e as crenças, ou seja o que o paciente acredita que seja, sua própria visão de si mesmo. A segunda é visão do outro/mundo, que seria como ele acredita que as pessoas veem ele, ou o que pensa dele. O terceiro é a visão de futuro, que seria observar se ele tem planos e perspectivas de vida sobre seu futuro. (Ribeiro *et al.*, 2013).

Portanto, para a psicologia cognitiva comportamental, também nomeada de Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), é de grande contribuição para estimular as crianças com a psicoterapia, através de jogos, desenhos, brinquedos, atividades para prevenir ou amenizar as emoções distorcidas e comportamentos disfuncionais. O psicólogo deve estimular a criança a fazer desenhos que relatam ou versem sobre sua família e o ambiente em que a mesma convive, ou através de bonecos ou o baralho das emoções, e também o termômetro, para acessar o ambiente que a criança estar inserida através da estimulação com brincadeiras lúdicas (Oliveira; Soares, 2011).

Nesse quesito, o meio familiar é de suma importância para trazer esse conforto e uma boa interação para a criança, os pais devem estabelecer uma comunicação não violenta, estimulando a criança por meio das interações, garantindo um ambiente seguro, para que essa criança não crie conflitos e se torne um adulto com prejuízos na socialização.

2.2 HISTÓRIA DA FAMÍLIA E OS MODELOS FAMILIARES

O termo família, por vezes é interpretado como a construção das relações ou grupo social, configurando-se por meio do casamento, formado por esposa, marido e filhos, construído pela união, já para concepção sistêmica a família se dar por pessoas que permanecem se interagindo constantemente com o ambiente e com as mesma pessoa (Silva *etal.*, 2019).

No século XVI, surge na infância, o começo da classe média,

estabelecendo a estruturação de família nuclear, tendo como objetivo a privacidade e a educação da criança, essas famílias nucleares serviram como base para as pessoas tradicionalista no século XIX adotarem o modelo familiar patriarcal (tradicionalista), ou seja, o homem como o provedor da família, o que manda nos demais daquele ambiente como a esposa, os filhos e os parentes que convivem com o mesmo (Fernandes, 2022).

Existem três fases de família: a família tradicional, a família moderna e a família contemporânea. Lembrando que a família considerada tradicional era feita por casamentos arranjados pelos pais dos indivíduos, com o objetivo de lucrar com patrimônios e bens econômicos. O início das relações com mais igualdade, onde os indivíduos podiam ter a liberdade de escolher quem iria ser seu parceiro ou cônjuge, ocasionou mudanças sociais, culturais e financeiras no século XX. A mulher passou a ser inserida no mercado de trabalho e através de mudanças assim nasceram os movimentos feministas, promovendo o surgimento da família moderna. É notável que as famílias modernas atuais têm como membros na família uma quantidade bem menor do que nas épocas passadas (Siqueira, 2020).

A constituição da família nuclear tradicional se dá pelo vínculo de mãe, pai e filhos, esse modelo era o mais utilizado na formulação estruturada na história do grupo familiar. Outro elemento predominante era a monogamia, exigindo com que os cônjuges tivessem apenas um parceiro. Esse modelo familiar tem a mulher como a que exerce o papel principal da casa, exercendo sua maternidade por meio das tarefas de casa e os cuidados pela família. Enquanto o homem foi encaixado na função patriarcal, que o difere do trabalho doméstico e materno com o cuidado com os filhos, delegando-o ao dever de provedor da casa (Fernandes, 2022).

Na atualidade ocorreram diversas mudanças na concepção e formação dos seios familiares. Assim, vieram a surgir modificações com a modernização relacionada a temas de gêneros, a autorização do divórcio, a independência financeira da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, e o novo lugar social da mulher (não mais vinculado exclusivamente ao ambiente familiar). Tais condutas antigamente eram vistas como algo impróprias ou inadequadas (Fernandes, 2022).

A família contemporânea surge a partir dos anos 1960 marcada pela redução das ideias patriarcais de composição familiar. As relações íntimas, sem a obrigação do casamento, ou seja, o homem ou mulher podendo apenas relacionar-se sem o objetivo ou obrigatoriedade de ter filhos ganhou espaço (Zanetti; Gomes, 2009).

Nos modelos atuais, família não se restringe ao sangue, e sim pessoas que tem afetos,

cuidados, reciprocidade e que seja duradoura, ou seja família não é só determinado por laços de consanguinidade, pois podem surgir famílias através de relações que não possuem a consanguinidade, como casais que se casam novamente e tem filhos de relacionamentos anteriores. Mas, a partir dos vínculos entre o casal, surgem os afetos e cuidados direcionados a esses filhos de relacionamentos anteriores (Fernandes, 2022).

A família monoparental é reconhecida na constituição federal de 1988, sendo composta por apenas um dos pais (biológico ou não) e seus filhos. No Brasil, observa-se com maior frequência que essas famílias são compostas geralmente por mulheres e seus filhos. A família monoparental é bem comum na atualidade, ainda mais vinculada à figura feminina que historicamente tem assumido a maior parte da responsabilidade da figura paterna, tanto no âmbito afetivo quanto financeiro substituindo a figura paterna ausente. Diante disso, a mãe enfrenta desafios significativos. Frequentemente é preciso conciliar suas responsabilidades familiares com a necessidade de sustentar o lar financeiramente. em muitos casos faltando redes de apoio apropriada, como os familiares ou creches que possam cuidar da criança diante da falta da mãe, impossibilitando a mãe de se inserir ou manter se no mercado de trabalho, sobrecarregando emocionalmente fazendo a se sentir frustrada pela incapacidade de prover financeiramente, quanto a criança que pode propagar sensações de abandono, gerando insegurança emocional ao ser privada da figura materna de forma constante. Essas condições geram grandes impactos no desenvolvimento socioafetivo da criança, podendo gerar consequência a longo prazo, como a internalização de crença de desamor, ausência de vínculos ou sentimentos de rejeição por parte dos genitores. (Leonardo; Morais, 2017).

O termo homoerotismo na segunda metade do século XIX era visto como crime, depois passou a ser visto como doença e logo depois a ser visto como perversão sexual, ou desvio de normas. No ano de 1973, não foi mais visto como distúrbio psiquiátrico, pois a Associação Americana de Psiquiatria (APA) desconsiderou. No entanto, foi apenas em 1995 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) a desconsiderou como uma patologia ou desvio de norma. Após essa mudança de paradigma na ciência, observou-se uma certa normalização da homossexualidade na sociedade (França, 2009).

A homofobia no seio familiar é uma realidade recorrente desde o nascimento, a criança é frequentemente considerada a partir de suas características sexuais biológicas, desconsiderando os aspectos e sua identidade que possam surgir posteriormente, ignorando

a construção identitária que possa surgir (França, 2009).

Na atualidade, casais homossexuais vem trazendo grandes questões sobre a doação de filhos. No entanto, nota-se que famílias conservadoras enxergam os casais homoafetivos como algo inapropriado. Deve-se ressaltar que a Associação americana de psicologia relata que não existem comprovações que crianças criadas por pais homossexuais tenham prejuízos em decorrência da sexualidade dos pais (França, 2009).

A família tem como objetivo a função de dar apoio e cuidados para as crianças que necessitam desse cuidado por parte dos familiares durante a infância, pois a criança tem carências e necessidades que são direitos básicos, como direito à uma vida digna com moradia, boa alimentação, higienização e educação, atividades e funções que a crianças ainda não consegue exercer sozinhas. Portanto, a família tem como grande característica ensinar à criança e será adotada como o modelo familiar de sua referência (Ferreira *et al*, 2019).

Para a psicologia, a família é o primeiro ambiente na qual o indivíduo se insere, assim desenvolvendo os traços de personalidade. Nesse sentido, a família é vista como as primeiras relações sociais a serem vivenciadas no mundo. As relações familiares produzem sentimentos de afeto e compromisso com a criança, validando-a com apoio permanente até quando ela necessitar, tornando-se o lugar mais seguro para essa criança (Ferreira *et al*, 2019).

2.3 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E OS TIPOS DE VIOLÊNCIA

O termo violência intrafamiliar é utilizado para se referir à uma violência praticada entre membros do mesmo grupo familiar. Trata-se um fato bastante presente na sociedade e constituído de diferentes maneiras, trazendo grandes efeitos negativos para todos que são atingidos. A violência familiar pode acontecer em qualquer camada social, sobre qualquer pessoa. A violência tem como princípio a força, ou seja, tudo que usado em outro ser, o ato sobre a força contra qualquer indivíduo que não espera aquele comportamento o ato é considerado violência. Portanto, violência é aquilo que constrange e tortura outra pessoa, podendo ser um ato de abuso físico e/ou psíquico por meio de intimidação, medo ou terror (Marques, 2023).

Alguns autores destacam que a violência induz o indivíduo a fazer ações e tomar posturas contra sua vontade, por meio de ameaças, constrangimento ou impedimento de expressar opinião. Assim, esse indivíduo que sofre é afetado negativamente por meio de

ameaças e/ou agressões, podendo ser levado até a morte em casos graves. Dentre os tipos de violências mais praticadas segundo Marques (2023) são: a violência física, a violência psicológica e a violência sexual. Na violência física, acontece a agressão física sobre a pessoa vítima. Configura-se como qualquer ato ou ação que lhe cause ferimentos, como socos, tapas, podendo ocorrer por objetos, como facas ou armas.

Na violência psicológica, as ações que o agressor faz sobre a vítima tem o intuito de manipular, almejando o controle da vítima. A violência psicológica não deixa ferimentos físicos, mas pode prejudicar a vítima profundamente no seu bem estar mental, gerando medos e inseguranças sobre si. Ela constitui-se por meio de ações como xingamentos, ameaças verbais, humilhações, etc. Devido a ausência de ferimentos físicos, pode ser mais difícil de denunciar, pois não há provas tão evidentes quanto nos casos de violência física ou sexual. (Marques, 2023).

A violência sexual ocorre quando o agressor assedia ou abusa a vítima, desprezando todo e qualquer consentimento, como abraços com intenções de abusar, ou toques em lugares íntimos. Quando ocorre no meio intrafamiliar, é comumente direcionada a crianças e mulheres, e praticada por pais, irmãos, padrastos ou madrastas, até mesmo por tios e avós. Ou seja, esses abusos acontecem em grande parte por pessoas do seu convívio. (Gallassi *et al.*, 2023).

Apesar da violência intrafamiliar sempre existir, mas que as comunidades achavam normal, e sempre aceitavam aqueles comportamentos violentos, isso mudou nos séculos de agora, quando se iniciou o interesse e aflição pôr os atos de violência que acontecia com as crianças, buscando o propósito de defender essas crianças tornando se uma busca para prever esses acontecimentos de violência. Essas violações ocorrem frequentemente com crianças, idosos, mulheres, deficientes e negros, pois são caracterizados pela sociedade como pessoas irrelevantes e vulneráveis. Dessa forma, torna-se mais comum o fato dessas categorias viverem em ambientes de ameaças contínuas (Marques, 2023).

A violência infantil só foi começar a ter uma atenção especial quando aconteceu a ampla divulgação de um caso de agressão no ano de 1973, denominando a violência com as crianças como prejuízo greve no desenvolvimento saudável da criança. Assim, surgiram nos anos 80 leis que protegiam essas crianças de qualquer mal trato. A violência psicológica é considerada uma das mais abrangentes durante a infância, pois é considerado qualquer ato que possa atingir a criança, como se submeter a ouvir ou a presenciar conflitos dos próprios pais entre si. (Marques, 2023).

A agressão física como punição sempre existiu, e a séculos atrás era vista como algo correto. Os pais praticavam com os filhos que faziam algo considerado errado por eles, e a criança tinha como punição a violência dos pais sobre eles, visando a correção das atitudes dos filhos, essa violência era considerada pelas tradições como adequada, como uma medida educativa (Marques, 2023).

A criança que é submetida a ambientes violentos têm grandes riscos de ter durante a fase adulta inúmeros impactos, que quando não tratados, podem evoluir a sintomas psicopatológicos, causando impasses nos relacionamentos amorosos, na comunicação e interação com outros indivíduos. Desse modo, a exposição à violência no seio familiar pode prejudicar a socialização e o psicodesenvolvimento da criança (Marques, 2023).

3 METODOLOGIA

Esse trabalho trata-se de uma revisão de literatura de cunho qualitativo e base exploratória. Pesquisa qualitativa é uma pesquisa que busca investigar aspectos qualitativos dos fatos estudados, trabalhando em perspectivas que não são quantificadoras, visando pesquisas dinâmicas e a partir da compreensão de diversas informações substanciais. Tratando-se de um objeto de estudo complexo, essa metodologia permite analisar as informações de modo singular, sem generalizações desnecessárias. Acerca do método exploratório tem como objetivo estudar temáticas que ainda não foram completamente aprofundadas, conhecendo seriamente o assunto estudado em questão (Lozada; Nunes, 2019).

Este trabalho configura-se como uma revisão bibliográfica, que é elaborado por materiais que já existem, que podem ser por artigos científicos e livros, na maioria dos estudos, pode ser solicitado algum modelo de trabalho sobre essa natureza, grande parte de estudos exploratórios pode ser classificada por pesquisas bibliográficas. A revisão bibliográfica é importante pois pode auxiliar o aluno a aprofundar seu estudo acerca de outros trabalhos já elaborados, beneficiando e enriquecendo o estudo ainda mais (Gil, 2002).

Para a elaboração dessa pesquisa foi realizada uma busca de literatura científica, sendo selecionados livros virtuais nacionais disponibilizados na biblioteca virtual do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS) e documentos governamentais. Além disso, também

foram buscados artigos científicos e periódicos através de pesquisas na plataforma digital Google Acadêmico. Para essa pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores em ciências da saúde a partir do DeCS/MeSH: “infância”, “violência intrafamiliar”, “violência”, “desenvolvimento infantil”, “psicologia e família”. Foi realizado um cruzamento dos descritores a partir do operador booleano “AND” para selecionar artigos que contemplassem a temática de modo mais profundo. Foram selecionados artigos e periódicos que versavam sobre o tema da pesquisa e disponibilizados online. Os artigos e periódicos não disponibilizados em português e anteriores a 1993 foram excluídos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA INFÂNCIA

Apesar da violência intrafamiliar ser frequente no contexto brasileiro (Costa; Moura, 2020), ela não deve ser tratada ou observada de forma simplista. A sua presença em inúmeros contextos causa impactos severos aos integrantes da mesma. A violência pode impactar no desenvolvimento da autoestima, ou seja, na visão de si, na visão de mundo e na visão de futuro que o Aaron Beck propôs, pois vai afetar como a criança se vê, seja com pensamentos negativos de que ninguém gosta dela ou desenvolvendo dificuldades de elaborar planos ou perspectivas para seu futuro (Souza; Alves, 2022).

Essa violência pode ser um problema social transgeracional, que passa de pais para filhos, de geração para geração, gerando a repetição de padrões e comportamentos que podem não ser percebidos. Assim, o indivíduo pode carregar esses padrões de comportamento de relacionamentos anteriores, como os pais que têm filhos, agora pode repetir os comportamentos dos seus pais com seus filhos, tornando-se um comportamento repetitivo (Camicia *et al.*, 2016).

Crianças que crescem em ambientes com violências tendem a achar aquelas atitudes corretas, vendo-as assim como normal, favorecendo a crescer e fazer a mesma coisa por compreender que a violência já está estabelecida como algo normal, acarretando um ciclo transgeracional de repetição do padrão violento (Camicia *et al.*, 2016).

De acordo com o behaviorismo radical de B. F. Skinner (1904 - 1990), as pessoas não nascem como um sujeito, o indivíduo é um objeto sujeitando ao controle do ambiente onde convive, ou seja, sofre influências de modo que o sujeito se constrói de acordo com o

mundo à sua volta e as pessoas com quais convive (Micheletto; Sérió, 1993). Percebe-se então que, quando uma criança cresce em um ambiente de violências isso prejudica a criança no âmbito de seu desenvolvimento, ocasionando consequências, como baixa autoestima, uma criança violenta, dificuldade em socializar, dificuldade na aprendizagem, pouco rendimento no desempenho, podendo apresentar também comportamentos agressivos no meio escolar, por isso é importante no período da infância relacionamentos com empatia e proteção sobre a criança para que os mesmos se sintam acolhidos, e cresçam sem uma falta de laços amorosos (Mainardi; Grisa; 2022).

Pais que usam a violência para punir seus filhos geram grandes consequências no comportamento dos seus filhos, acarretando em baixo rendimento escolar e sujeitando a criança a desenvolver comportamentos violentos ou uma tendência ao isolamento e condutas antissociais. Deve-se ressaltar que as crianças repetem aquilo que observam ou que convivem, expondo por meio das suas ações e ficando notório quando ela está sujeita a ambientes violentos. Nesses casos, quando é percebido deve-se encaminhar aos órgãos responsáveis para que o quadro de violência seja acabado, entre esses dispositivos, tem-se o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS). Outro exemplo é o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que age junto ao governo para reduzir esse tipo de violência. O artigo 4º do ECA versa que é dever da família, da comunidade e da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, ou seja, é dever dos familiares assegurar sobre o direito de suas crianças (Mainardi; Grisa, 2022).

É comum o ambiente familiar ser visto como um lugar seguro que tem como função proteger a criança, trazendo segurança para a mesma, no entanto, ele também pode ser um lugar de violência acarretando na criança experiências traumáticas com graves consequências no desenvolvimento psicossocial. Esses efeitos podem se manifestar a longo ou a curto prazo, como não conseguir interagir com outras crianças, não ter concentração durante suas tarefas, ou atividades, dificuldades em enfrentar desafios e saber lidar com determinadas situações. A longo prazo, pode prejudicar a socialização na vida adulta, além de afetar sua autoestima. Além disso, também pode acarretar em futuras violências com seus parceiros, conhecidos ou familiares, visto que essas violências presenciadas correm o risco de serem normalizadas. (Nunes; Sales, 2016). Outras consequências notórias na vida

adultas são a resistência e a dificuldade de lidar com frustrações e resoluções de problemas (Souza, 2021).

Como a criança convive com esses familiares, e é dependente deles, ela não expõe os agressores, até mesmo por medo de futuras punições que o agressor pode fazer com ela, pois, na maioria das vezes, os agressores são os pais. Além disso, eles também podem usar a violência psicológica contra a criança para que a mesma evite falar sobre as violências sofridas (Nunes; Sales, 2016). Apesar de existirem diversos órgãos para combater esses atos violentos, ainda acontecem vários casos, portanto é necessário que toda sociedade ao presenciar atos de violências com crianças, denunciem aos órgãos necessários.

O afeto durante a infância contribui de forma significativa no desenvolvimento emocional e psicossocial, podendo moldar a personalidade da criança. Nesse sentido, o afeto da família oferecido para criança pode contribuir significativamente, podendo ser visto como um fator de proteção contra possíveis prejuízos em seu desenvolvimento emocional, como ansiedade, depressão, socialização reduzida, dificuldade nas atividades escolares, agressividade e baixa autoestima (Souza, 2021).

Outras marcas das violências e do abandono por parte dos pais se dá na socialização, em que a criança cria barreiras nas relações, dificuldade o estabelecimento de vínculos, de confiar nas pessoas e de construir relacionamentos, resultando em uma criança com baixa autoestima, comportamento anti social, e dificuldades de se comunicar (Souza, 2021).

Ainda há vários pais que alegam que para educar ou corrigir os comportamentos da criança é necessário utilizar a forma da violência física, acreditando estar educando criança, mas trazendo mais consequências para o comportamento e desenvolvimento dessa criança, pois ao submeter a criança a esse tipo de violência, pode trazer o sentimento de medo, internalizando em traumas que podem se apresentar em comportamentos violentos, pois a criança pode ter o pensamento de ser comum o uso da violência para resolver conflitos, pois as mesmas foram exposta a violências para serem corrigidos, assim reproduzindo os mesmos comportamento (Souza, 2021).

Foi criada a lei 13.010, de 26 de junho do ano de 2014, reconhecida como a lei da palmada, com o objetivo de resguardar adolescentes e crianças contra qualquer ato violento ou abusos que os cuidadores ou responsáveis cometem, pois a mesma preconiza que os pais têm o dever de proteger e educar, interditando uso de violência ou castigos físicos, proibindo as crianças de serem educadas com atos violentos por parte dos pais, e proporcionando um ambiente mais seguro (Brasil, 2018).

Na maioria das vezes as pessoas acreditam que a violência só ocorre fora do ambiente familiar, mas é preciso estar atento aos cuidadores e responsáveis que utiliza violência para corrigir seus filhos, uma vez que as crianças e adolescentes são os públicos mais vulneráveis, sendo até incapaz de se defender, portanto é importante que a sociedade se atente diante dos sinais que os pais e as crianças demonstram, denunciando para que se previna ou encerrar um ciclo de violência, pois essa responsabilidade é de todos, garantindo um desenvolvimento saudável e livre de violências e maus tratos (Souza, 2021).

4.2 TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL, VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E AFETOS

A Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), tem como foco as formulações do pensamento, possuindo como base a cognição que está presente nas pessoas, mas que pode não ser notada pelo paciente e determina como são suas emoções e seus pensamentos, em outras palavras, não é o evento por si mesmo que ocasiona determinado comportamento na pessoa, mas como ela considera ou interpreta a condição com base em seus pensamentos (Souza, 2022).

Além disso, é uma abordagem caracterizada como diretiva, ou seja, com foco no momento presente do paciente, com objetivos claros e definidos. Pode ser utilizada no tratamento de diversos transtornos psicológicos e outros sofrimentos psíquicos com o intuito de promover mudanças no comportamento e pensamentos (sistemas de crenças) dos pacientes, visando a regulação emocional (Souza, 2022).

A tríade é um conceito usado por Aaron Beck (1921-2021), sendo composta por três pilares. O primeiro, a visão de si mesmo, pode ser entendida como a criança se percebe, sentindo-se incapaz de ser amado, por conviver com pais violentos, acarretando grandes inseguranças na criança, ou seja, seria como seus pensamentos e suas emoções se desenvolvem no meio familiar tóxico. O segundo seria a visão do mundo, nesse sentido, a criança por conviver em um ambiente com violência sente-se indesejada, acreditando que ninguém gosta dela, gerando nela a crença do desamor, e acreditando que as pessoas não querem conviver com ela. Por fim, o terceiro elemento é a visão de futuro, ao qual poderia ser interpretada pela forma como a criança constrói uma perspectiva da sua vida futura. No caso de crianças vítimas de violência intrafamiliar, observa-se que há um pessimismo diante do futuro (Ribeiro *et al.*, 2013).

O meio familiar cercado de violência pode causar nas crianças comprometimentos

cognitivos, trazendo uma série de problemas no desempenho dentro do ambiente escolar. O professor deve ter um olhar mais atento aos alunos que têm baixo rendimento escolar, pois um dos fatores pode ser a violência ou presença de atos violentos no ambiente familiar. Assim, é importante observar também se na escola há suporte para auxiliar o professor nesse papel, como um psicólogo para dar apoio à coordenação e aos professores, ofertando o conhecimento da psicologia e suas estratégias. Assim, assegurando uma atenção de qualidade para as crianças, podendo assegurar um acolhimento por parte da instituição (Soares, 2020).

Outro ponto discutido por Altoé *et al.*, (2024), diz respeito às emoções, sendo compreendidas como reações das pessoas aos estímulos afetivos de forma repentina, podendo ser uma reação ou uma emoção intensa, com uma frequência de duração curta, e apresentando-se com reações no corpo. Assim, as emoções são desencadeadas por eventos que ocorrem em ambientes, e por meio de outras pessoas. Através da vida afetiva marcada pela interação, a Terapia Cognitivo Comportamental instrui métodos tanto emocionais como comportamentais ou cognitivos para seus pacientes, a fim de evitar comprometimentos no seu futuro, sendo utilizada de forma contínua. Portanto, essa abordagem possibilita promover saúde para o paciente ao auxiliá-lo a entender melhor seus afetos, utilizando de técnicas eficientes, modificando os pensamentos que precisam ser alterados.

Segundo Aaron Beck (1921-2021), essa abordagem tem com base a oferta de materiais que ajudam a desvendar qual é o foco principal do problema trazido, entendendo os transtornos psicológicos como algo decorrente do histórico das pessoas e da forma como cada um compreende as eventualidades da sua vida de modo distorcido ou de forma disfuncional. Portanto, a forma como se compreende os acontecimentos pode interferir no comportamento e no desenvolvimento afetivo e cognitivo (Altoé *et al.*, 2024).

A psicoeducação também é um recurso importante para a TCC, e tem como finalidade fornecer uma relação de confiança para o paciente. Assim, através dela, o psicólogo vai orientar o paciente e os cuidadores para saberem lidar com a patologia física ou psicológica, e também com o seu tratamento, ou seja conduzir o paciente a saber lidar com as dificuldades. Além disso, busca instruir o paciente a reconhecer o seu transtorno e lidar de forma produtiva, também pode ser aplicada individualmente ou em grupos com pacientes que têm os mesmos transtornos e/ou dificuldades, utilizando materiais e recursos como livros, vídeos, filmes, brinquedos, para ajudar a compreender os pensamentos

disfuncionais (Altoé *et al.*, 2024).

A psicoeducação pode ser feita com crianças com os recursos de atividades lúdicas e brincadeiras, promovendo benefícios como, ajudar a criança a modificar seu pensamento disfuncional e melhorar os sintomas de desesperança. A TCC lida com crenças desadaptativas que acarretam no paciente um misto de pensamento, emoções e comportamentos disfuncionais através dos contextos cotidianos, assim, a técnica da regulação emocional é efetiva para ajudar o paciente a lidar melhor com as emoções que está sentindo. Nesse caso, entende-se que a TCC é um recurso valioso para trabalhar com crianças que são vítimas de violência intrafamiliar, pois possibilita formas da criança elaborar as emoções vivenciadas após a violência (Altoé *et al.*, 2024).

Na TCC também pode ser utilizado técnica do relaxamento muscular, que resume-se basicamente em ensinar o paciente a relaxar os músculos em toda parte do corpo, reduzindo a tensão muscular e promovendo bem estar. Essa técnica pode ser utilizada com pacientes que sofrem ansiedade, devido ao acúmulo de estresses, como exposição a situações violentas. Trata-se de uma técnica eficaz para o tratamento referente à ansiedade, pois desenvolve no paciente a vontade de reconsiderar determinados geradores referentes a uma situação e refletir o grau de ansiedade sentida, considerando cada um dos fatores causadores (Souza, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo mostrar as consequências que crianças na fase inicial da infância vítimas de violência intrafamiliar de cunho sexual, psicológico ou físico podem acarretar, desenvolvendo grandes prejuízos para a criança por conviver em ambiente violento. Culminando em sérios problemas escolares, e dificuldades futuras também. Nesse sentido, destaca-se que seja a curto ou longo prazo, os efeitos da violência sempre chegam.

Com isso esse trabalho buscou apresentar esse fato com a ajuda perspectiva da Terapia Cognitivo Comportamental, evidenciando como o uso de suas técnicas são eficazes para essa população, devido a eficácia das técnicas para identificar e modificar os padrões de pensamentos, emoções e comportamentos disfuncionais que a violência gera.

Por fim, encerra-se pontuando que é um tema que apresenta grandes avanços, mas ainda é notável que trata-se de uma temática que demanda mais políticas públicas a fim de contemplar e contribuir com essa demanda, além disso a comunidade acadêmica deve

promover novos estudos que promovam subsídio teórico que contemple mais essa temática a fim de diminuir esses casos de violência. Assim, esse estudo tem como objetivo auxiliar para ampliação desse tema, e promover mais interesse, para estimular intervenções efetivas para o assunto relatado.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, P. S. de O. *et al.* A importância da psicoeducação das emoções e da regulação emocional para o processo psicoterapêutico em terapia cognitivo-comportamental: uma revisão de literatura. In: PRAXEDES, M. F. da S. *et al.* **Ciência, Cuidado e Saúde: contextualizando saberes – Volume 2.** Guarujá: Editora Científica Digital LTDA, 2024, p.85-97.
- BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990(Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF; 27 jun. 2014.
- CAMICIA, E. G. *et al.* Abordagem da transgeracionalidade na terapia sistêmica individual:um estudo de caso clínico. **Pensando famílias.** v. 20, n. 1, p. 68-82, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100006. Acesso em: 21 de set. 2024.
- CHORA, M. *et al.* Um olhar sobre o papel do pai na compreensão emocional das crianças: Os estilos parentais e práticas de socialização das emoções negativas. **Psicologia: Revista da Associação Portuguesa Psicologia**, v. 33(1), n. 1, p. 19–32, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v33i1.1372>. Acesso em: 20 de ago. 2024.
- COSTA, Marli Marlene Moraes da; MOURA, Analice Schaefer de. A violência intrafamiliar tornou-se um problema de saúde pública no Brasil: reflexões a partir das práticas restaurativas enquanto políticas públicas de prevenção. In: **Direitos Humanos e Vulnerabilidades.** Florianópolis: Habitus Editora, 2020. p. 55-71.
- FALCKER, D. *et al.* Violência familiar: rompendo o ciclo transgeracional e seguindo em frente. In: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de família teoria, avaliação e intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 127-137.
- FERNANDES, P. da S. **Família monoparental feminina: desafio de ser mãe solo.** 2022. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 2022.
- FERREIRA, T. P. da S. *et al.* A família no cuidado em saúde mental: desafios para a produção de vidas. **Saúde em Debate.** v. 43, n. 121, p. 441-449. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QncgVnjjsymTkRQFPctFyBz/?lang=pt>. Acesso em: 10 de jun.2024.
- FRANCA, M. R. C. Famílias homoafetivas. **Revista Brasileira de Psicodrama.** v. 17, n.1, p.21-33, 2009. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932009000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 de nov. 2024.
- GALLASSI, A. *et al.* Violência sexual de crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar. **Revista Jurídica Cesumar – Mestrado.** v. 23, n. 1, p. 101-111, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/11683>. Acesso em: 28de jul. 2024.

GIL, Antonio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
LOZADA, G.; NUNES, K. S.. **Metodologia científica**. ed. Porto Alegre: Sagah, 2018.
MARQUES, Lane, P. **Violência intrafamiliar**. ed. Minas Gerais, 2023.

MAINARDI, Ariela. **Reflexos da violência familiar na escola**. 2022. p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2022.

MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, T. M. de A. Homem: objeto ou sujeito para Skinner? **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 11-21, 1993.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra criança no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/?lang=pt#>. Acesso em: 23 de out. 2024.

OLIVEIRA, R. G.; SOARES, S. C.. Terapia cognitivo comportamental para crianças. in: **Manual prático de terapia cognitivo comportamental**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2011).

PRATI, E, L; KOLLER, H, S; Práticas da terapia de família no brasil. In: **psicologia defamília teoria, avaliação e intervenção**. ed. Porto Alegre, Artmed: 2012.

RIBEIRO, M. V. *et al.* Terapia cognitivo comportamental na depressão infantil: uma proposta de intervenção. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**. v. 9, n. 2, p. 81-92, 2013.

Disponível em: https://www.rbtc.org.br/detalhe_artigo.asp?id=180. Acesso em: 15 de jul. 2024.

SANTOS, L. F. Perspectiva sobre as contribuições da terapia cognitivo comportamental nas fases do desenvolvimento infantil. **Repositório Institucional Unicambury**. Goiânia, v. 1. n.1, 2021. Disponível em: <https://www.revistaleiacambury.com.br/index.php/repositorio/article/view/42>. Acesso em: 02de out. 2024.

SILVA, C. A. *et al.* O conceito de família sob as novas perspectivas sociais. **Revista Científica UNAR**, Araras, v.19, n.2, p.126-141, 2019.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris**, v. 9, n. 1, p. 145–166, 2020. Disponível em: <https://ununove.emnuvens.com.br/thesisjuris/article/view/14977>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOARES, E. P. **Associação entre traumas e o funcionamento cognitivo, aprendizagem.** 2020. p. 38. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Macapá FAMA. Macapá, 2020.

SOUZA, A. M. de O. **Terapia Cognitiva Comportamental: intervenções em casos de abusos sexual infantil.** 2022. p. . Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Cuiabá, Cuiabá, 2022.

SOUZA, Ana Paula Lemes e. **Violência intrafamiliar: seus impactos na vida das crianças e adolescentes.** 2021, p. 41. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

SOUZA, Isadora Cavalcante. ALVES, Valéria Ferreira. **Violência psicológica infantil intrafamiliar e os impactos no desenvolvimento psíquico infantil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Uberaba. Uberaba, 2022.

TANCREDI, Cleunice *et al.* O desenvolvimento infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação.** v. 8, n. 1, p. 1801-1813, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4274>. Acesso em: 15 de set. 2024.

ZANETTI, S. A. S.; GOMES, I. C. A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. **Psico.** v. 40, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/3726>. Acesso em: 07 de set. 2024.